



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

Aos quatro dias do mês de junho de 2024, pelas 14:15 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I:

Audição dos peticionários da [Petição n.º 254/XV/2.ª](#) – Pela defesa do cessar-fogo em Gaza pelo Estado português e a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Estado de Israel

PARTE II:

1. Informações gerais.
2. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 25/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação à ofensiva lançada pela República Islâmica do Irão contra o Estado de Israel.
3. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 26/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação ao Governo da Venezuela pelo cerceamento de liberdades políticas e repressão das oposições democráticas.
4. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 43/XVI/1.ª \(PCP\)](#) - De condenação da política de ingerência, desestabilização e agressão contra a República Bolivariana da Venezuela.
5. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 48/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De solidariedade com os manifestantes pela liberdade na Geórgia.
6. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 70/XVI/1.ª \(L\)](#) - De condenação pela detenção de 24 políticos opositores ao regime na Turquia.
7. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 98/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De preocupação pelos 29 anos do rapto do 11.º Panchen Lama perpetrado pela República Popular da China.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.^a SL

8. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 111/XVI/1.^a \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que não permita o uso dos portos portugueses por navios que transportem armas para o estado de Israel.
9. Apresentação e votação do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH para a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a externalização à empresa estrangeira 'VFS Global' do serviço de preparação de pedido de vistos e ameaças daí decorrentes à segurança nacional.
10. Apreciação e aprovação da Ata:
 - n.º: 04/XVI/1.^a de 4 de junho de 2024

11. Outros assuntos

_____ // _____

Na **Parte I** da reunião, no âmbito do exercício do Direito de Petição à margem identificado, procedeu-se à audição dos seguintes peticionários:

Tiago Lila;
Júlia Branco;
André Almeida

Após explicação acerca da metodologia adotada, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis, que dirigiu os trabalhos, concedeu a palavra ao Senhor Tiago Lila para, em nome dos signatários, apresentar a Petição, o qual começou por agradecer a oportunidade para pessoalmente expor a posição dos peticionantes. Dos factos, realçou a existência, até à data, de mais de 36 mil vítimas mortais, das quais, 14 mil são crianças, de entre mais de 80 mil feridos. Dos 36 hospitais existentes em Gaza, 23 foram totalmente destruídos, tornando este conflito insuportável para a comunidade internacional. Não existem universidades em funcionamento nem vida cultural. Israel lançou mais bombas sobre Gaza do que os aliados sobre a Alemanha, durante a 2.^a Guerra. Denunciou a intenção do governo israelita de patrocinar um autêntico genocídio do povo palestino. Terminou, pedindo a intervenção do Estado português junto das instâncias internacionais de que faz parte.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

De seguida interveio o Senhor André Almeida para testemunhar, com conhecimento direto no terreno, a precariedade dos recursos materiais e humanos disponíveis, sublinhando que o principal hospital se encontra totalmente destruído. Concluiu, afirmando estar ciente da pretensão do governo israelita de aniquilar o território, tornando-o inabitável.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Regina Bastos (PSD), que salientou o elevado número de peticionários, transportando a discussão da Petição para Plenário, em cuja sede, tal qual o seu Partido, defenderá a solução de “2 Estados”.

João Paulo Rebelo (PS) que, além de ter sublinhado o elevado número de subscritores, lembrou estar em causa condições de decência humana e uma repugnante atuação do governo israelita, situação que exige um urgente cessar-fogo.

Marisa Matias (BE) que começou por agradecer a presença dos peticionários, tendo lamentado a abordagem de “2 pesos, duas medidas” da comunidade internacional e do governo português, comparando com o caso da Ucrânia, situação que sustenta um verdadeiro genocídio do povo palestino. Tendo testemunhado a realidade de Gaza no terreno em 2010, indicou a falta de pressão internacional como elemento obstaculizador da cessação das hostilidades. E salientou, ainda, que ao lado da guerra real existe uma “guerra da fome”.

Rui Tavares (L) que defendeu o estabelecimento de linhas vermelhas à atuação de Israel, por parte da comunidade internacional, assim como o reconhecimento do Estado da Palestina. Referiu a urgência em pôr fim à limpeza étnica dos palestinos, tendo solicitado a intervenção do governo português nos areópagos internacionais, designadamente junto das Nações Unidas.

Paulo Nuncio (CDS-PP), tendo salientado a importância do presente exercício de cidadania. Sublinhou que o texto da Petição, embora redigido escassos dias após os acontecimentos de 7 de outubro, nada refere sobre o ataque do Hamas, tendo questionado os peticionários presentes sobre os motivos da omissão quanto à libertação



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

imediate dos reféns israelitas. Terminou, salientando que a posição do seu Partido assenta numa solução de cessar-fogo imediato, com respeito dos direitos humanos e incremento de auxílio humanitário, abrindo caminho para uma solução de “2 Estados” assente na capacitação da Autoridade Palestiniana para gerir o futuro político da Palestina.

Devolvida a palavra aos peticionários, a Senhora Júlia Braga salientou que o presente conflito começou há cerca de 76 e não a 7 de outubro de 2023 e que os reféns israelitas devem ser trocados pelos presos políticos palestinianos detidos por Telavive.

Já o Senhor André Almeida lembrou que o Hamas é considerado uma organização terrorista, não existindo quaisquer relações diplomáticas que viabilizem contactos diretos.

Finalmente, o Senhor Tiago Lila veio acrescentar que a resposta diplomática do Estado português, perfilhando ações da União Europeia, divergiu da adotada para com a Rússia, na sequência da invasão da Ucrânia, tendo mesmo sido dissolvido o Grupo Parlamentar de Amizade Luso-Russa. E terminou referindo que o ataque de 7 de outubro do Hamas havia já sido repudiado pelo Estado português, pelo que não faria sentido repeti-lo na presente Petição.

Nada mais havendo a referir, o Senhor Presidente deu a cessão por terminada pelas 14.55 h, tendo a reunião sido interrompida para a realização, nos Passos Perdidos, da fotografia de grupo da Comissão para a corrente Legislatura.

Parte II

Retomada a reunião pelas 15.15h, dirigida pelo Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por lembrar, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, ter sido rececionada missiva do Senhor Presidente da Assembleia da República (PAR), solicitando à Comissão de Negócios Estrangeiros, como tem vindo a ser usual, uma reflexão acerca do elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade a constituir na corrente Legislatura. Mais solicitou que a CNECP avaliasse qual o papel que devem



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

desempenhar tais Grupos no conjunto da atividade da Assembleia da República, atento o contexto específico das relações internacionais e da diplomacia parlamentar.

Neste seguimento, os serviços ficaram de elaborar um projeto de Informação, o qual será debatido na próxima reunião, contando com os contributos dos diferentes Grupos Parlamentares, cujo produto, a aprovar em Comissão, será oportunamente remetida ao PAR.

Passados ao **Ponto 2.**, e a título preliminar, foi concedida a palavra ao Deputado João Paulo Rebelo (PS) que solicitou a inclusão na OD da presente reunião dos Projetos de Voto números 110 e 111/XVI, atendendo a que iam ser discutidas iniciativas similares de outros grupos. Submetido o pedido ao coletivo, a sugestão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) para apresentação da sua iniciativa, finda a qual intervieram os Deputados:

Paulo Neves (PSD) que manifestou profundo descontentamento com a atuação do Irão, atenta a sua posição dominante no Golfo Pérsico e que teve por consequência o apresamento de um navio de bandeira portuguesa, registado na Madeira.

João Paulo Rebelo (PS) que sugeriu que a Comissão avocasse o tratamento da matéria, através da formulação de um Voto próprio que condensasse os três existentes.

O Presidente da Mesa submeteu a proposta à Comissão que a aprovou por unanimidade dos Deputados presentes (PSD, PS e CH). Ficaram os Serviços incumbidos de apresentar uma proposta final.

Passados ao **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) para apresentação da sua iniciativa, finda a qual intervieram os Deputados:

João Paulo Rebelo (PS) tendo defendido a adoção de procedimento idêntico ao da proposta anterior, embora lhe parecesse muito difícil qualquer exercício de consensualização de posições, dada o teor do texto do CH.

Paulo Neves (PSD) para sugerir um esforço ao CH no sentido de moderar a sua posição e viabilizar uma aproximação capaz de viabilizar a adoção de um texto único da Comissão. Relembrou que na Venezuela reside uma significativa comunidade portuguesa que é merecedora de tal esforço, atenta a sua exposição social face ao regime venezuelano.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.^a SL

Interveio seguidamente o Presidente da Mesa para sublinhar que a periclitante situação da comunidade portuguesa na Venezuela justifica o esforço de alguma moderação política, devendo ser consensualizado um texto final por parte da Comissão.

Submetida a proposta à Comissão foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes (PSD, PS e CH). Ficaram os Serviços incumbidos de apresentar uma proposta final.

Os **Pontos 4.** e **5.** Foram adiados, respetivamente, por ausência do PCP, proponente do PJV n.º 43/XVI/1.^a, e por pedido expresso de adiamento solicitado pelo IL.

No **Ponto 6.** Foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) a fim de apresentar a sua iniciativa.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Neves (PSD) para referir que, na sequência de um pedido de informações acerca desta matéria, por si mesmo solicitado junto das autoridades turcas, obteve resposta que o deixou relativamente confortável quanto à recusa em perfilhar a visão apresentada pelo L.

Retornou a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) que começou por manifestar satisfação pelas explicações dadas ao PSD pelo Governo turco, embora tenha já experienciado no passado a pouca fiabilidade das informações prestadas pela Turquia, inclusive em casos relacionados com agressões físicas a opositores presos por motivos políticos e sindicalistas. Reconhecendo a bondade de alguma contenção face a um país com que Portugal mantém relações diplomáticas, entende, porém, que matérias com a presente devem ser discutidas no Parlamento.

Submetido a votação a iniciativa foi reprovada, com votos contra do PSD, a favor do L e a abstenção de PS e CH.

A discussão do **Ponto 7.** foi adiada, a pedido do PCP.

No âmbito do **Ponto 8.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) para apresentação da sua iniciativa. Começou por situar os acontecimentos hediondos perpetrados pelo Hamas a sete de outubro de 2023 e a ofensiva que está em curso sobre a faixa de Gaza e o impacto humanitário dessa ofensiva que persiste e se agrava.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

Notou a recente evolução com a emissão de mandatos de captura do Tribunal Penal Internacional tanto para chefias políticas e militares. Primeiro-Ministro Netanyahu e chefe de Estado-Maior Yoav Galante do lado israelita e também de lideranças do grupo terrorista Hamas. A posição do Livre considera que Portugal deve também calibrar a sua posição em relação àquilo que cada vez mais é uma exigência da comunidade internacional, que é que haja um cessar-fogo e a implementação de uma solução de dois Estados. Entende que Portugal não pode ser cúmplice de uma ofensiva a partir do momento em que ela viola a lei internacional e de onde podem emergir crimes de guerra. Concluiu, manifestando abertura para acolher eventuais contributos que possam viabilizar a aprovação desta iniciativa.

De seguida, intervieram os seguintes Deputados:

Ricardo Dias Pinto (CH) que referiu não acompanhar esta iniciativa, por considerar que o Estado de Israel é um Estado de direito democrático amigo de Portugal e que combate o terrorismo.

Paulo Neves (PSD) que começou por enquadrar esta questão, realçando o equilíbrio da posição oficial portuguesa. Referiu, ainda, que o PSD se sente confortável em saber que o Governo avaliará caso a caso a passagem de navios transportando armas, com ou sem bandeira israelita, destinadas a Israel, país que está em guerra. O mesmo se passou com o caso da Ucrânia. Portanto, abstemo-nos de tomar uma posição absolutamente taxativa de proibição de como defende o Livre.

João Paulo Rebelo (PS) para referir que o conflito em apreço tende a tornar-se já insuportável, sendo cada vez mais as vozes a clamar por um cessar-fogo. Mais referiu que o PS é sensível à adoção de algumas medidas e alguns passos mais firmes a tomar.

Rui Tavares (L) para constatar a existência de consenso em Portugal sobre esta questão, tanto na condenação dos ataques do Hamas, como relativamente à atuação de Israel que parece esquecer que o direito à legítima defesa não é um direito de aplicação absoluta, dada a existência de leis internacionais humanitárias para os conflitos, os quais garantem a proporcionalidade na atuação dos beligerantes e a proteção das populações civis. O contrário, seria retornar à Lei de Talião. Sublinhou que neste conflito está em causa a situações daquelas populações, o que por si só já justifica a posição de Espanha, Bélgica, Noruega, Irlanda, de reconhecerem o Estado da Palestina,



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.^a SL

como Portugal deveria fazer. Embora existam, ainda, algumas diferenças de posicionamento, registou, a terminar, que o PS revelou vontade de poder trabalhar o presente texto, abertura que se mantém, até à votação final em Plenário.

No **Ponto 9.**, foi concedida a palavra ao Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) para apresentação do seu requerimento para audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

De seguida interveio o Deputado Paulo Neves (PSD) para sublinhar que, sem prejuízo da legitimidade do CH, poderia aproveitar-se para o efeito pretendido a vinda do referido governante à Comissão para a audição Regimental.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo Presidente da Mesa solicitado aos Serviços que averiguassem junto do MNE quanto à possibilidade de este requerimento poder ser cumulado com um outro anteriormente aprovado.

Finalmente, no **Ponto 10.**, foi lida a Ata em título, cujo teor não sofreu reparos. Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de junho de 2024.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 8/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Dinis Faísca (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Fernando Medina (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
José Dias Fernandes (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)
Marisa Matias (BE)
Rui Tavares (L)
Paulo Nuncio (CDS-PP)
Francisco Pimentel (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
André Rijo (PS)
Eurico Brilhante Dias (PS)

Faltaram os seguintes Deputados:

Flávio Martins (PSD)
Gilberto Anjos (PS)
Paulo Pisco (PS)
Manuel Magno (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Rodrigo Saraiva (IL)
Paula Santos (PCP)

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024